

anti— ~~capitalista~~ A FORÇA



CC STOP: "Quem
não gosta de
formiga não atíça
o formigueiro"

PP 8 — 9

do protesto

Editorial: Outono, mas com olhares de abril

Nenhum outono arrefece o protesto e este número da Anticapitalista não desiste do seu compromisso militante, nem desarma na determinação das suas causas. Ponto a ponto e passo a passo prosseguimos, com o intuito de transformar responsabilmente e de construir partido – marcando terreno, desde logo, quanto ao direito a ter palavra própria no mundo que nos rodeia.

Começamos por um olhar do interior do acampamento da IV Internacional, evento anual onde jovens da Rede marcam presença. O Paulo Pinto testemunha este momento de formação política de fundação no movimento anticapitalista internacional, trazendo-nos um pouco de Verão e de insurgência a este número inaugural de Outono.

A música e a contracultura marcam presença em dois momentos deste número: na música como força de protesto, particularmente tendo em conta o movimento heavy metal e o potencial político deste estilo musical e modo de vida; na luta concreta que, a partir de Centro Comercial Stop, no Porto, se gerou, pela preservação da reutilização espontânea de um espaço comercial decadente, que acabou por se tornar em porto de abrigo, local de trabalho e resguardo criativo de um enorme conjunto de músicos sediados no norte do país. A Susana Constante Pereira dá conta desta luta, que é também a recusa da higienização turistificadora inerente ao modelo económico, que parasita e recusa diferenças nos principais centros urbanos em Portugal. Coube à Bianca Oceane dar nota da contracultura metaleira, num texto que é uma afirmação e um estado da arte da relação entre a música mais pesada e o ativismo político.

Também neste número, poderemos acompanhar e discutir o desafio lançado pela Teresa Alves Martins, no sentido de repensar os direitos sociais de adultos/as seniores. Numa altura em que tanto se sublinha o alarmante envelhecimento demográfico no país, e quando, à esquerda, prossegue a campanha por um Serviço Nacional de Cuidados, a Teresa Martins sugere reapreciar e aprofundar todo o modelo de envelhecimento saudável, construindo políticas coerentes com uma visão democrática e emancipatória quanto a este assunto. A revista termina com a discussão que Jo Rodrigues lança à discussão da “linguagem inclusiva” apelando, a partir de uma oficina decorrida no Acampamento Liberdade, a uma abordagem que privilegie a reflexão e o espírito crítico face às receitas e às soluções automáticas.

O nosso dossier, motivado pelas questões do direito à habitação, que cada vez mais se confirmam como um dos focos principais da luta social nos tempos que atravessamos, acolhe um texto de fundo da Emma Haywood, nossa camarada da IV, com um ponto de situação sobre a luta pela habitação na Escócia. Inclui também uma tradução do impressionante texto, em primeira pessoa, da Ana Jiménez Talavera, com um histórico do problema da gentrificação e da turistificação em Sevilha. Porque é preciso caricaturar e porque o humor é corrosivo para o capital, a nossa habitual Bívora recai, este mês, no dossier.

Juntos e juntas, enfrentamos o Outono com a perspetiva desafogada de um abril prometido.

Esta é uma publicação da Rede Anticapitalista, em que se juntam militantes do Bloco de Esquerda que se empenham nas lutas sociais e no ativismo de base.

2 Editorial

3 Reportagem

Notas sobre a participação da RA no 38º Acampamento Internacional de Jovens Revolucionários

4 Contracultura

Metal Underground: a força do protesto

6 Políticas Sociais

Estamos condenados aos lares? – Novas políticas para outras respostas sociais

7 Debates

Linguagem que serve pessoas, pessoas que não servem a linguagem

8 Lutas concretas

O STOP, o STOP, o STOP é tripeiro! Quem não gosta de formiga não atija o formigueiro!

Dossiê | Casas para Viver

Ana Jiménez Talavera
Emma Haywood
Miguel Heleno

Conselho editorial

Alda Sousa
Andrea Peniche
Andreia Galvão
Daniel Borges
Francisco Louça
Hugo Monteiro
Inês Sena
João Bernardo Narciso
José Miguel Ricardo
Leonor Figueiredo
Patrícia Felício
Paulo Ferreira

Design gráfico e paginação

José Torres
Duarte Santos

Participaram nesta edição

Bianca Oceane
Hugo Monteiro
Jo Rodrigues
Paulo Pinto
Patrícia Felício
Susana Constante Pereira
Teresa Alves Martins

Depósito Legal

441931/18

Notas sobre a participação da RA no 38º Acampamento Internacional de Jovens Revolucionários

texto de Paulo Pinto

1 O acampamento ao qual carinhosamente nos referimos quando usamos a expressão “ir à IV”, é na realidade o “Rencontres Internationales de Jeunes”, uma das atividades anuais de formação política que a malha jovem da IV Internacional organiza. Aqui, camaradas de diferentes origens e militâncias reúnem-se durante uma semana para discutir política, trocar experiências de organização, e aproveitam a especial oportunidade de aprender e conviver dum modo informal com outras camaradas. Este ano o 38º acampamento prolongou a estadia em Vieure, França, e contou com cerca de 150 participantes entre as 10 delegações, a portuguesa representada por 6 elementos da Rede Anticapitalista.

Este ano foi possível remarcar a RA como membro ativo em todos os aspetos do acampamento, dada a proximidade que adquirimos aos processos e à solidificação de relações iniciadas na IV do ano passado, que este ano se tornam em laços de camaradagem duradouros. Um destaque especial desta edição foi a muito boa receção pela parte das camaradas que assistiram e participaram nos nossos workshops sobre o 'Movimento Referendo pela Habitação' e sobre a ILC 'Direito aos cuidados, cuidado com direitos'.

2 Workshops abordaram assuntos diversificados como: o homonacionalismo e a sua proliferação nas sociedades nórdicas e Israel; a apropriação da luta ecológica pela direita, que aplica as perspetivas colapsologistas e anti-modernistas para discriminar o sul global e minorias étnicas; o estado da luta independentista em nações neocoloniais que sofrem, entre outras opressões, de controlo monetário externo através do Franco (CFA); Frontex e a Fortaleza Europa; o impacto do caso Amber Heard no movimento Masculinista; a ofensiva

transfóbica no Reino Unido como frente do movimento reacionário; a importância (ou não) do parlamentarismo em partidos revolucionários.

Também foram organizados workshops práticos em simultâneo com os workshops "habituais" onde, ao invés de haver um círculo de discussão após uma detalhada introdução, há aprendizagens mais práticas: construir tripés para bloquear estradas, comunicar em segurança e privacidade, autodefesa feminista, e proteção coletiva em ambiente de ações de rua.

Lado a lado com o espaço feminista, LGBTQ+, e racializado, surge este ano um espaço Trans, onde camaradas que se identificam como trans refletiram em como lutar o crescente pânico moral relativamente à não-conformidade de género.

3 O conhecimento dos rituais do acampamento e uma atitude pensada em como devíamos abordar as reuniões interdelegação resultaram num melhor aproveitamento do nosso tempo, algo crucial neste acampamento, onde é raro haver tempo para descansar, salvo

um ou outro slot pensado para esse mesmo motivo.

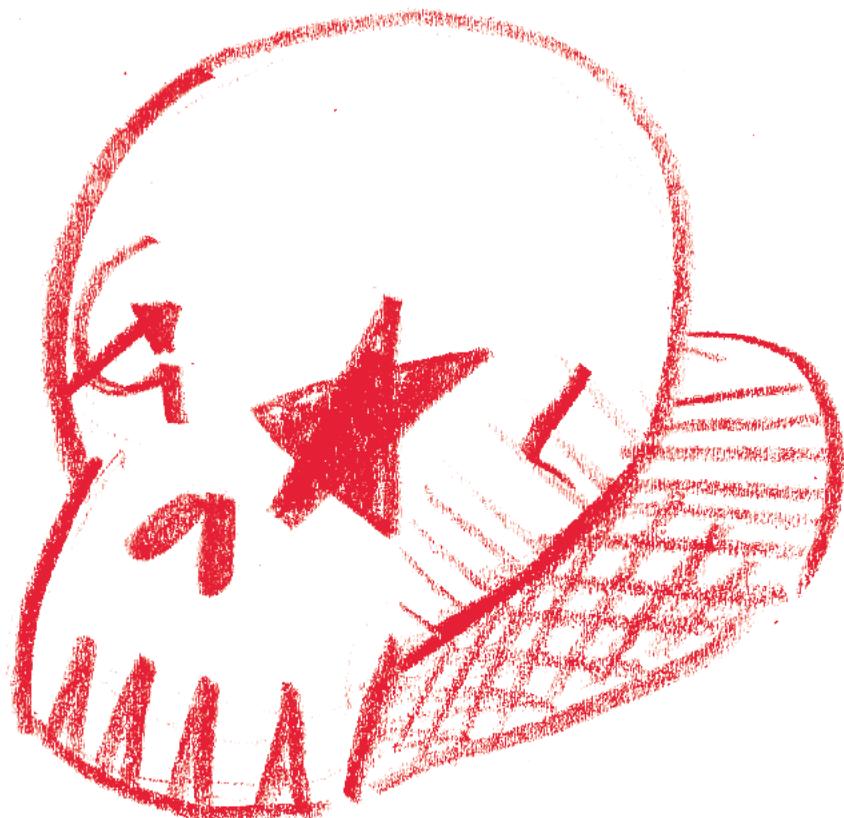
Nas reuniões interdelegação, tivemos a oportunidade de ouvir relatos de processos similares aos que a nossa organização passou e passa, que seguiram rumos distintos, nem sempre fadados a colaborações tão promissoras quanto as que historicamente mantemos. É ponto de partida para refletir como chegámos aqui (organizacionalmente), para termos orgulho do trabalho realizado pelas camaradas que trilharam o caminho, e a inspiração para continuar a fazê-lo para as gerações seguintes.

4 Esta é a realidade para as participantes da RA, que olham para o acampamento como uma experiência importante na sua formação política, militante, e pessoal. Neste espaço também reconhecemos o que nos liga internacionalmente a estas camaradas desconhecidas: não somos só nós que praticamos a militância dos afetos, que lutamos pelos cuidados e pela habitação, que levamos orgulhosamente a luta pelas causas no peito, que ambicionamos um sistema livre de opressões; Isto é óbvio, mas vê-lo com os nossos próprios olhos é uma intensa sensação que vai de rejuvenescedora a emocional e se realiza nas lágrimas que, inesperadamente, nos acompanham até casa.

A próxima paragem do 39º acampamento ainda está por decidir, mas nós mal podemos esperar para montar as nossas tendas e, com sorte, teremos a tua ajuda!



Anotação: Tens registos fotográficos de acampamento passados em que tenhas participado? Entra em contacto connosco!



texto de Bianca Oceane

METAL UNDERGROUND: *a força do protesto*

Quando pensamos em metal, o mais natural e imediato é pensar em vozes fortes e velocidade, muitas vezes sem perceber com clareza o que cantam.

Alguns fãs do underground inclusive, dizem não conhecer sequer as letras, apenas ouvem pela melodia e ritmo. Mas, para quem procura o metal como refúgio e forma de protesto ao mal normalizado, as coisas são bem diferentes. Nós sabemos exatamente as letras.

Tal como o blues foi criado pelos escravos negros como forma de desabafo da escravidão, o metal distingue-se pela força revolucionária. Guitarras distorcidas, guturais agressivos, baixos graves e baterias demasiado rápidas, são as características essenciais para conseguir bombear esta força toda.

Fundado a partir do rock e blues rock, o metal foi ainda mais longe na intensidade musical e lírica. Com o passar do tempo, a influência do blues acabou por ser suprimida na evolução do metal, e é aí que as coisas mudam completamente.

Os entendidos da música costumam dizer que é preciso estar mesmo triste para conseguir cantar blues como no fim do século 19 e anos 20/30. Ou seja, com a influência do blues suprimida, existiu mesmo um momento de viragem no metal, onde a tristeza refletida na música fica completamente para trás com o blues, e agora estamos só vigorosos.

E quanto mais underground, mais visível e mais sonoro fica esta força de protesto. Voltando então ao 1º parágrafo deste artigo: será o underground mais concreto e intrínseco do que parece, no protesto sociopolítico? Depende das bandas.

Grandes cabeças de cartaz como Vader, Death, Immolation, Bolt Thrower (e Memoriam), Anaal Nathrakh, Deicide, Kreator, Napalm Death, Dying Fetus, Cattle Decapitation, Exodus, Sodom, Carcass, Rotten Sound, Sepultura, Megadeth, entre outras bandas, são conhecidas pela sua força crítica. O próprio thrash metal por vezes é descrito como *'a música que reflete a decadência urbana'*, e o black metal é conhecido por ser o maior opositor do domínio nocivo e secular da igreja católica no mundo, e os seus crimes antigos e recentes.

Ainda num registo musical diferente dos acima, temos System of a Down, que são conhecidos por ter mobilizado uma geração (especialmente de americanos) a ganhar espírito crítico e debater-se com temas políticos, sociais, ambientais e outros. Especialmente uma forte oposição contra guerras associadas aos Estados-Unidos e, o próprio genocídio arménio pelo ex-império otomano, visto eles serem descendentes arménios.

Sobre protesto contra a crise climática, temos Gojira, por exemplo, no metal progressivo, que colabora com organizações de proteção ambiental e animal.

Mas afinal esse protesto sociopolítico, é contra quê?

Contra o fascismo e regimes ditatoriais, imperialismo e demais tentativas, colonialismo e consequências atuais do próprio desenvolvimento económico e social dessas ex-colónias, os genocídios da história, as guerras antigas e modernas, as armas (o 'negócio' mais lucrativo do mundo) incluindo atômicas/nucleares, os crimes da igreja católica desde o império romano até agora, o racismo estruturado... Protesta também contra a desigualdade social e seus efeitos prejudiciais, contra o liberalismo abusivo e capitalismo abusivo (até por vezes mais exposto por bandas de países como os Estados-Unidos), a crise ambiental, a manipulação na comunicação social... Protesta ainda, e até, contra os possíveis abusos na prescrição de medicação e problemáticas da indústria farmacêutica (a saúde é o segundo negócio mais lucrativo do mundo, depois das armas). Enfim, estes males que conhecemos.

Alguns exemplos bem concretos:

*"Prejudice, intolerance, eye for an eye,
you cannot hide behind those empty
claims"*

*"Your racist pride is nothing but a game,
and you will lose, for right is on the side of
those who choose to fight for humankind"*

Kreator, Alemanha

Possível referência à Alemanha nazi, e a vitória dos Aliados na II Guerra

*"The multinational corporations makes
its profit from the starving nations"*

*"Indigenous peoples become their slaves,
from their births into their graves (...)"*

*"Another product for you to buy, you'll
keep paying until you die"*

Napalm Death, Reino Unido

Possível referência às consequências econômicas nos países ex-colônias, como exploração excessiva por parte de grandes grupos econômicos atualmente nesses países ex-colônias

*"Consumer appetites are never satisfied
in full, cause the objects they buy can
never fill the void"*

*"The bottom line is money on the Western
power scene, where celebrities and porn
can let the population dream / They're
pathetic humans living in advertising
glut, who devour with a passion what the
mainstream vomits up"*

Dying Fetus, E.U.A.

Possível referência ao capitalismo no mundo ocidental e cultura do consumismo excessivo

*"We got everything you want so you don't
have to think again"*

*"From botanicals to synthetic drugs,
pharmaceutical industry is born"*

*"It is not to cure, it's about to control, your
money, your health, they want to own it
all"*

*"We'll make you addicted, We love your
money much more than your pity health"*

Hypocrisy, Suécia

(Neste caso não tenho de dizer 'possível referência a ...', está bem claro a referência.)

Para além disso, o underground aborda ainda questões filosóficas, o existencialismo, o subconsciente, a gestão de emoções, também numa forma de autorreflexão e protesto mas, neste caso, protesto espiritual.

O underground no feminino

Jo Bench abriu grande parte do caminho às mulheres em bandas no underground, ao integrar a altamente respeitada banda de death metal, Bolt Thrower, como baixista.

Num registo de thrash metal onde a Alemanha sempre foi forte, Sabina Classen é uma vocalista lendária e integrante de Holy Moses. No black temos Onielar, vocalista e guitarrista de Darkened Nocturn Slaughtercult. Mythic, nos E.U.A., é referida como, possivelmente, uma das primeiras bandas com apenas membros mulheres no underground.

E, tal como noutros aspetos sociais e artísticos ao longo dos séculos, chegamos para ficar.

Atualmente temos Nervosa e Crypta como dois grandes exemplos de bandas all-female em grandes cartazes do underground.

No nacional, temos Mafalda Horta no gutural death metal em Karbonsoul, e antes, Inês Freitas, em Burn Damage. Nas cordas temos as 'Susanas', a Gami-to, e Brochado, integrante de Skinning. Na bateria temos Helena Peixoto e Marta Brissos. Também na organização de eventos underground há a Rita Lime-de, líder do Xapada Fest, um dos mais brutais de Portugal. Estes são só alguns exemplos, no nacional e internacional.

Protesto no underground nacional

Este tema irá ficar para um 2º capítulo porque, desde a falta histórica de apoios na Cultura, até ao encerramento do Stop, há mesmo muita coisa a dizer.

Vou só deixar-vos com uma palavra: Stattskeelturrad (sueco, fundo estatal para cultura)

Com a instauração do Estado Social de Bem-Estar nos nórdicos, perto dos anos 60, passou a incluir um fundo para a cultura, que engloba também o metal (daí os nórdicos serem os países com mais bandas metal, e não só).



*"Estamos condenados aos lares?"
— "Novas políticas para outras respostas sociais"*

texto de Teresa Alves Martins

No âmbito do Fórum Socialismo 2023 senti-me desafiada a responder à questão "Estamos condenados aos lares?"... Admito que esta pergunta, assim formulada, me parece ter subjacente uma série de mitos e invisibilidades e, por conseguinte, de não verdades em relação ao envelhecimento. Nesta breve reflexão partilharei algumas delas, sem a ambição nem o interesse de ser exaustiva nesta identificação.

Para iniciar esta reflexão penso que vale a pena sublinhar que a grande maioria das pessoas tem um envelhecimento saudável, ou seja, consegue viver de forma relativamente autónoma e independente até ao final da sua vida. Isto não significa que não possamos ir necessitando de apoio e cuidados específicos ao longo da vida, nomeadamente quando chegamos a idades muito avançadas, mas isso não implica que vamos precisar de apoio permanente e total. Desse ponto de vista, pode-se desde já responder que não, não estamos todos nem todas 'condenadas' aos lares, porque é possível que não sintamos a sua falta e que ao longo da nossa vida essa questão não se coloque.

Também não estamos condenados aos

lares porque também não existe – e não é necessária, como disse acima – capacidade para que todas as pessoas acedam à resposta social de ERPI – Estrutura Residencial para Idosos, comumente conhecida por Lar.

Tendo como referência as condições de acesso à resposta social ERPI, que impõe os 65 anos como idade mínima de referência para que as pessoas possam integrar estas respostas (Portaria nº 67/2012, de 21 de março), vamos focar no presente e nas pessoas com 65 anos ou mais, ainda que saibamos que toda esta ampla questão implique muito mais do que delimitações etárias. Segundo dados disponibilizados na Pordata, em 2021, tinham 65 anos ou mais, em Portugal, 2.436.949 pessoas (<https://www.pordata.pt/portugal/populacao+residente+total+e+por+grandes+grupos+etarios-513>). Ora, a resposta social de ERPI tinha, no mesmo ano de 2021, capacidade para acolher 103.481 pessoas, num total de 2597 estruturas que disponibilizavam esta resposta (Carta Social, consultado em setembro de 2023).

Se alargarmos a nossa análise para além das ERPI's, vulgo, Lares, incluindo as respostas de SAD – Serviço de Apoio Domiciliário e Centro de Dia, percebemos que existia uma capacidade de resposta para 280.448 pessoas em 2021.

Mesmo que queiramos ser otimistas, penso que será relativamente simples perceber, pela realidade do nosso país, que serão mais do que 11,51% das pessoas com 65 ou mais a precisar de recorrer a respostas sociais... E por isso poderá ser surpreendente que nos dados disponibilizados pela Seg. Social a taxa de utilização destas respostas, em conjunto, corresponda aos 72,1%.

E é por isso que temos que ir um pouco mais a fundo na questão e temos que fazer mais perguntas, como por exemplo: Onde estão estas respostas? Como se distribuem no território? Conhecem as pessoas as respostas existentes e a que podem aceder? Encontrarão nas estruturas existentes respostas adequadas às suas necessidades e aos seus interesses? Como são as condições de acesso? E a qualidade dos serviços que prestam, será semelhante entre as várias respostas, mesmo dentro das mesmas tipolo-

gias? Será que, dentro de respostas de uma mesma tipologia, existirá diversidade suficiente para que não as possamos estereotipar? O que determinará as diferenças existentes? E sobre os recursos humanos destas respostas, o que sabemos? Em que condições trabalham as pessoas que prestam cuidados diretos a pessoas mais velhas, nomeadamente às que estão em situação de maior dependência? A quantas pessoas terá que responder ao mesmo tempo um/a único/a cuidador/a profissional?

E, já que estamos a fazer perguntas, sabemos quais são as "entidades proprietárias" destas respostas sociais em Portugal? Não sei se sabemos, mas os dados existem e estão disponíveis, e ainda bem, para consulta no site da Carta Social (<https://www.cartasocial.pt/inicio>). Deixo por isso, além de perguntas, o desafio de fazerem uma pesquisa pela Carta Social. Vejam, por exemplo, na freguesia em que residem, que respostas existem e atentem na designação das "entidades proprietárias". Desvendo já que respostas que tenham como 'entidades proprietárias' instituições públicas são praticamente inexistentes, e que isto é transversal a todas as respostas sociais em Portugal, desde a infância à velhice. Portanto, este é um setor onde praticamente não existe resposta pública... e eu pergunto-me se isto não será um problema... E, mais do que isso, se isto não estará a ter impacto na forma como todo o setor funciona e está estruturado... E por isso, não obstante todas as questões que podemos colocar ao funcionamento em concreto da resposta social Lar, pergunto-me se a questão essencial será a 'condenação' a esta tipologia de resposta social ou se será um pouco mais abrangente do que isso... e se não valerá a pena prestarmos aqui um pouco mais de atenção... Nomeadamente agora que sabemos que não acordaremos na velhice num determinado dia longínquo, mas que vamos envelhecendo, naturalmente, e por isso, com a mesma naturalidade é preciso fazer este caminho paralelo e interrelacionado de cuidar do presente e preparar o futuro. Sobretudo agora, que novas possibilidades de respostas sociais começam a surgir.

Linguagem que serve pessoas, pessoas que não servem a linguagem.

texto de Jo Rodrigues

O Workshop de “Linguagem Inclusiva”, no Acampamento Liberdade, serviu para desconstruir os mitos e polémicas e munir de estratégias quem pretende adequar a sua linguagem para incluir o maior número de pessoas.

Realizado por mim e Nico Moniz, ativista da rede ex aequo – duas pessoas não linguistas, não especialistas na língua portuguesa - introduzimos o tema, explicando que por “linguagem inclusiva”, falamos em alterações que permitem incluir mais pessoas, relativamente ao seu género. Significa também que a exclusão não termina aqui, e que a reflexão sobre a inclusividade da nossa língua deve continuar a ser feita.

“Boa tarde a todas e a todos!” em substituição de “Boa tarde a todos!” é uma das alterações que demonstra esforço recente e generalizado, em incluir mulheres no discurso. É particularmente importante, em contexto laboral de chefia. Por exemplo, na medicina, temos mais mulheres médicas, do que homens, no entanto o inverso verifica-se em cargos de chefia. Não se trata apenas de inclusão, quando nos referimos “às coordenadoras e aos coordenadores”, mas também do reforço de que a coordenação é lugar de mulheres.

É nesta lógica que ativistas introduzem o sistema elu/eli, incluindo e nomeando pessoas de género não binário. “Boa tarde a todas, todos e todes!”. Neste sistema, pessoas não binárias conseguem servir-se do português para comunicar, sem se sentirem constrangidas, limitadas ou excluídas de uma língua que nunca as considerou.

Este sistema veio substituir tentativas prévias que utilizavam ‘@’ ou ‘x’ – ‘todxs’ ou ‘portugues@s’ – tornando o texto ilegível e excludente de quem utiliza

programas de leitura através do som. Este exemplo alerta-nos a considerar todas as formas de opressão e exclusão que existem, e que a linguagem é uma barreira quando não ponderada.

No meu dia-a-dia, adequo a minha linguagem ao contexto. Ainda que este seja um dos temas mais polémicos e debatidos, está longe de ser uma das prioridades da luta Trans e LGBTI+. Quando realizo formações sobre saúde LGBTI+ a profissionais de saúde, a prioridade é acabar com a queerfobia no SNS, incluir pessoas trans e intersexo em rastreios, que possam ir às urgências sem insultos ou referidas pelo ‘nome morto’, que a saúde afirmativa de género não tenha anos de espera, que gays não sejam considerados promíscuos e infetados à partida, que lésbicas possam ter acesso a saúde reprodutiva e sexual. Portanto, adequo o meu discurso, utilizando expressões neutras em género, sem utilizar palavras “novas”, evitando dispersar a atenção de quem me ouve. “Boa tarde a todas as pessoas!” permite-me cumprimentar quem está presente na sala, sem referir o seu género e sem desviar as atenções para “o bicho da linguagem neutra”.

Escolho as minhas batalhas, principalmente porque estou a lidar com a comunidade médica, que sofre de conservadorismo crónico e detém o poder da acessibilidade da nossa saúde. Porém, como afirma o SOS Racismo “apoiar a linguagem inclusiva não é apenas um ato de liberdade de expressão, mas uma afirmação contra a violência e censura”. Quebrar a cisheteronormatividade, o binarismo de corpos, o machismo, colonialismo, racismo e capacitismo é a luta que nos propomos, e a nossa linguagem terá de a acompanhar.

Finalizamos o workshop distribuindo frases a camaradas (já agora, excelente exemplo de expressão neutra em género), pedindo-lhes que as tornassem o mais inclusivas e neutras em género possível. “Feliz dia dos Namorados!” foi uma das frases atribuídas, com resultados cómicos e pertinentes (afinal ainda que “Feliz dia de São Valentim” seja neutro em género, refere uma figura da instituição responsável por tanta da opressão contra a qual lutamos).

E tu camarada, como usas a linguagem como arma de luta?



O STOP, o STOP, o STOP é tripeiro! *Quem não gosta de formiga não atíça o formigueiro!*

texto de Susana Constante Pereira

Imagine-se um Centro Comercial, construído nos anos 80 do século passado, que nunca vingou enquanto foco de consumo capitalista. Este Centro Comercial, como tantos naquela altura - os designados 'centros comerciais de primeira geração', existentes em todo o país e muitos deles entretanto defuntos - é gerido por um condomínio, porque praticamente todos os seus espaços - 126 lojas, duas salas de cinema, dois cafés e uma discoteca - têm todas proprietários diferentes, que neste caso rondam a centena. Sublinhe-se: estamos nos anos 80 e 90, com tudo o que caracterizou essa época do ponto de vista da criação e experimentação musical, cuja expressão por um lado e fruição por outro não se podem dissociar destes espaços.

Não é difícil imaginar muito para perceber o que aconteceu - um encontro quase perfeito entre as necessidades de proprietários eventualmente desvalidos perante a ausência de rentabilidade daquelas lojas e a premência de inúmeras bandas em arranjar salas de ensaio. Uma relação simbiótica que gradual e organicamente se traduziu numa rápida ocupação do espaço, com muito 'passa a palavra' e relato de 'boca em boca' no ambiente fértil de colaboração que sempre foram os contextos de partilha e convívio destes músicos e artistas.

As lojas começam a converter-se em salas de ensaio a partir dos anos 90 e no início dos anos 2000 o CCStop estava praticamente tomado pelas bandas, pelos músicos, pela experimentação da música, pela cultura 'underground', pela contracultura. Junte-se a isto um problema de raiz do ponto de vista do

licenciamento - o Centro Comercial STOP nunca teve licença -, uma enorme dispersão destes proprietários e uma panóplia de soluções, umas formais outras informais, para a utilização das salas, e o que resulta é um espaço comunitário essencialmente autogerido no que diz respeito ao seu quotidiano e às suas (des)rotinas.

20 anos depois o CCStop tem uma história bem mais comprida e complexa, feita de etapas e episódios de tensão e resistência, de experiências de organização entre músicos e lojistas a par de uma vivência mais desestruturada do espaço e dos processos, de críticas e de defesas, de negligência e de posicionamentos, de lugar na cidade e de sujeito político. O mais recente desses episódios tem o seu ponto liminar no dia 18 de julho deste ano, dia em que a cidade amanheceu com um cordão policial à porta do CCStop, os músicos e os lojistas impedidos de entrar, e um despacho sem aviso prévio que determinava a selagem das salas por motivos de falta de licença. Passaram-se pouco mais de dois meses e a luta a que se tem assistido ganhou um lugar na história do Porto, com:

- um protesto naquele mesmo dia, com centenas de pessoas a gritar contra aquele encerramento coercivo;
- uma manifestação seis dias depois, que preencheu o percurso dos Aliados até ao CCStop de milhares de pessoas, milhares de vozes a entoar palavras de ordem pela sua manutenção e encheu de música as principais artérias do Centro Histórico da cidade;
- inúmeras assembleias da designada comunidade Stop e reuniões entre as associações existentes e o poder político

local, das quais resultaram propostas e contrapropostas para a reabertura do espaço, com 'diz que disse' (e 'diz que não disse');

- disseminação pelos canais de comunicação do município de narrativas sombrias sobre os problemas do Stop - incluindo, só para dar um exemplo, a de que existem 594 queixas de ruído, quando, consultado o processo, se percebe que, dessas queixas, 593 são da mesma pessoa (vai muito mal a democracia quando é preciso fazer 'fact check' da comunicação veiculada pela Câmara Municipal);

- a reabertura do espaço com base em condições impostas - bombeiros à porta, formação em prevenção de incêndios para músicos, entre outras - para resolver o que afinal era um problema de segurança (depois de ter sido de licença, de ruído ou da existência de uma discoteca ilegal);

- um relatório de sistematização de patologias do espaço que, associado a um parecer solicitado pelo Presidente da Câmara aos respetivos serviços jurídicos, levou a novo anúncio de encerramento;

- e, por incrível que pareça, mais uma quantidade de coisas para contar do que, desde lá, tem decorrido e captado a atenção da comunicação social - ou seja, não falta inscrição desta novela kafkiana que, como já vem sendo dito, não é de todo para cardíacos.

Mas o que explica tudo isto? O que explica que se afirme publicamente a defesa do que foi designado como um dos "ecossistemas culturais mais interessantes" da cidade por Paulo Cunha e Silva, então vereador da cultura (sim, esse, o da evocação da 'cidade líquida'), para

depois se decretar o seu encerramento e afirmar peremptoriamente uma suposta impossibilidade de soluções para a sua manutenção? O que explica tantos avanços e recuos em tão pouco tempo? Talvez seja simples a resposta - em linha com a senda gentrificadora só haveria dois finais possíveis para esta odisseia, na perspectiva de quem vai já a caminho dos 12 anos de governação da cidade (faz lembrar o outro, que despojou o Porto do seu Rivoli):

:: um final possível, aquele que permite assumir o papel do defensor deste tipo de cultura afinal tão importante para o Porto, e que se chegou a ver no horizonte - uma eventual reabilitação higieniza-

dora daquele espaço que, bem mexidas as peças, até levaria o belo do selo do Porto. lá na porta;

:: o outro, em face da convenientemente percebida inoperância de músicos, lojistas e proprietários para avançar no sentido da intervenção no espaço - a extinção daquele pólo de atividade cultural não domesticada.

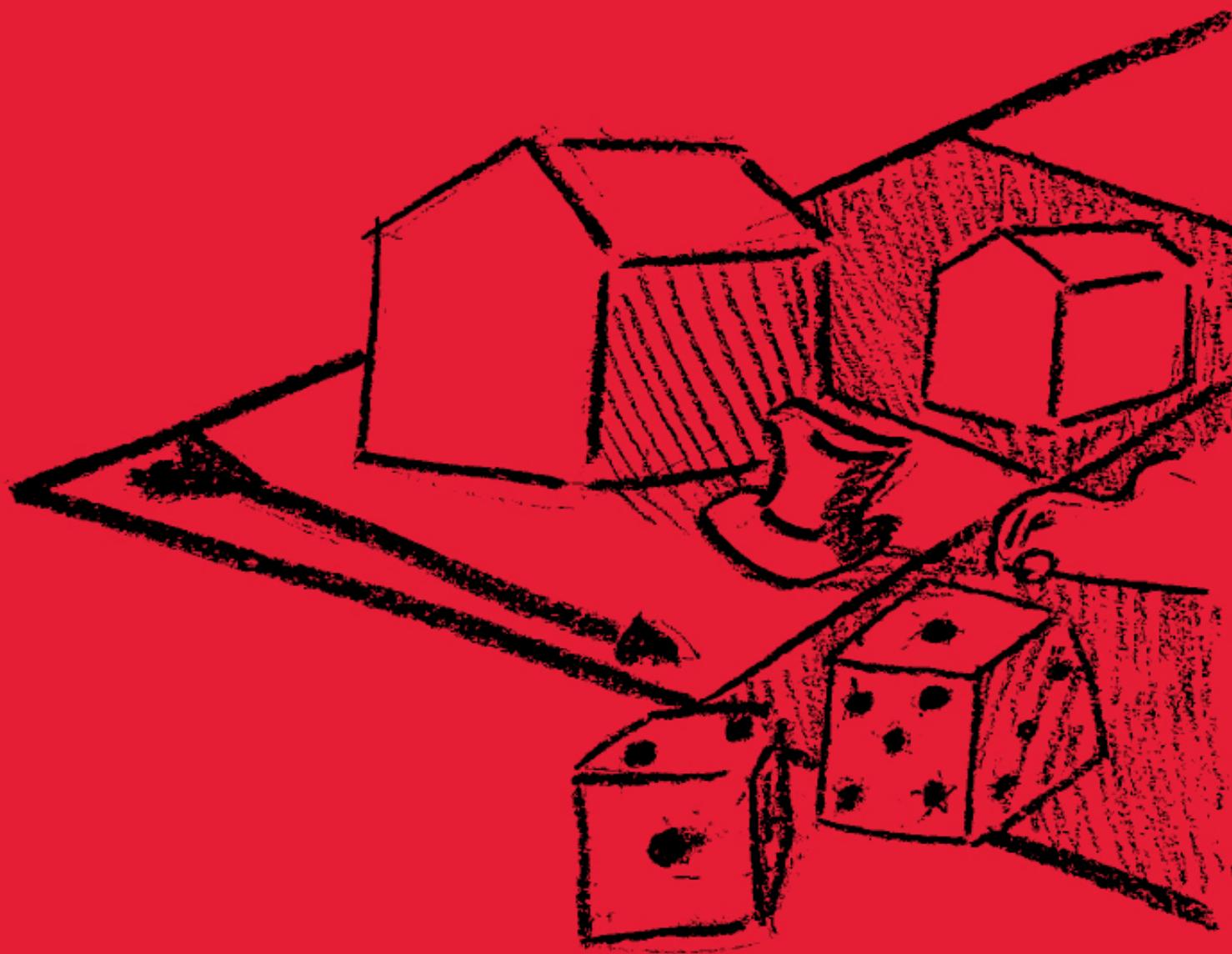
O que 'os donos disto tudo' no Porto não estavam a contar era com uma mobilização massiva, alargada, diversa e muito muito consistente de defesa de algo que, excepto à luz da estética neo-liberal, seria impensável não defender: a preservação daquele viveiro de criação

artística, único no país e além fronteiras. Ainda que com o ruidoso silêncio do Ministro da Cultura, que tem não só a possibilidade como a responsabilidade de intervir com medidas eficazes, o CCStop, a comunidade Stop e a cidade têm dado luta, demonstrando, como noutros casos (Bolhão, Batalha ou Rivoli) que a força da mobilização cidadã surte mesmo efeito e, se não dá em conquistas, pelo menos causa mesmo moossa. Neste caso, é clarinho e bom de ver: "O STOP, o STOP, o STOP é tripeiro! Quem não gosta de formiga não atija o formigueiro!"



dossiê

#65 SÉRIE II OUTUBRO 2023



Casa Para Viver

Na rua, sobre o Mais Habitação

Perante a crise da habitação, o governo disse que ia ouvir a sociedade civil. Nós tentámos fazer o mesmo, porque, de facto, de entre todas as sociedades que para aí andam, a civil ainda é daquelas com quem dá gosto conversar. Ligamos-lhe, mas ela não atendeu. Decidimos, então, sair à rua e recolher opiniões de vários transeuntes sobre o pacote Mais Habitação.

Mário, empreendedor social.

AC – O que acha do arrendamento coercivo para casas devolutas?

M – Acho mal, deviam fazer sim um Airbnb coercivo.

AC – Como assim?

M – Devíamos pôr as casas devolutas no Airbnb, para proporcionar uma experiência diferente aos turistas. Um conceito tipo “*Okupa experience*”, em que o turista finge que está a dormir numa casa ocupada, só para se sentir mais alternativo, mas no fim paga 200€ por noite.

Cajó, estudante.

AC – Disse-nos que era estudante deslocado?

CJ – Não, disse que sou estudante e tenho o pescoço deslocado. Isto porque vivo com 14 colegas num T2 em Alvalade e calhou-me a mim dormir na máquina de lavar a roupa. Dá para ter privacidade e fica abaixo dos 300€. É um bom negócio, desde que não liguem a centrifugação quando estou de ressaça...

AC – E está à espera de residência universitária?

CJ – Sim, mas já me disseram que, ao ritmo a que o governo está a construir, ela estará pronta quando eu precisar de uma residência sénior, lá para 2052.

Rodrigo, mestre em terapias holísticas, ativista pró-Vistos Gold.

AC – Acha que o governo devia proibir a venda de casas a não-residentes?

R – Ai, que horror, até fico com os *chakras* desalinhados com essa medida xenófoba. Devemos saber receber de braços abertos quem quer vir especular no mercado imobiliário português. Essa gente podia ter escolhido ir especular para outro lado, mas escolheu o nosso país! Devemos estar agradecidos.

AC – O que achou do anúncio da suspensão dos Vistos Gold?

R – Um desastre. Parte-me o coração imaginar a quantidade de magnatas russos que atravessam o Mediterrâneo nos seus iates para virem comprar uma casa em Portugal. O que vamos fazer a essa gente? É essa a política de imigração que queremos para o Mediterrâneo?

Dona Amélia, reformada.

AC – A senhora vive de rendas?

DA – Vivo sim senhor. Faço renda de bilros há 45 anos para vender em feiras de artesanato.

AC – Não era bem isso... O que acha do programa Mais Habitação?

DA – Quando ouvi que o governo ia por um limite às rendas, fiquei indignada!!! Mas quando percebi que a medida anunciada em fevereiro só entraria em vigor muito mais tarde, desatei a fazer as minhas rendas como se não houvesse amanhã. Agora tenho *naprons* para vender até à feira do fumeiro de Montalegre em 2025. Eles a mim não me apanham!

Beatriz, jovem de direita.

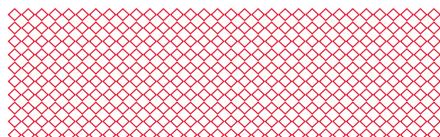
AC – O que pensa da crise da habitação em Portugal?

B – Acho que o mercado está bué aquecido. É preciso acalmá-lo e construir prédios à fartazana. Uma cena tipo Albufeira, estás a ver?

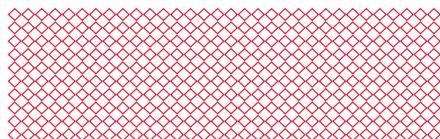
AC – Mas não acha que os preços da nova construção também são incomportáveis?

B – Isso é porque há demasiada regulação na construção. Essa ideia de que uma casa tem de ter paredes, água canalizada, saneamento, etc., é um conceito ultrapassado, que não dá espaço a ideias inovadoras. Por exemplo, porque é que uma garagem não pode ser transformada num apartamento? Se toda a gente quer um T3 com garagem, porque é que não hão de querer um T3 numa garagem?

Construindo a living rent: possíveis similitudes e diferenças em face da luta pelo direito à habitação em Portugal



Por Emma Haywood



Desde meados da década passada, um dos movimentos sociais mais vigorosos e dinâmicos da Escócia tem-se centrado em questões relacionadas com a habitação, em particular nos problemas enfrentados pelos inquilinos. A fim de resolver vários problemas no sector da habitação arrendada, a partir de 2014, o movimento dos inquilinos começou a organizar-se, acabando por criar um sindicato de inquilinos chamado Living Rent. Embora tenha havido, na Escócia dos últimos anos, uma situação geral de decadência para a maioria dos grupos de esquerda, o Living Rent continuou a expandir-se e a evoluir, destacando-se como uma espécie de ponto brilhante numa paisagem ativista tipicamente monótona. Para além do trabalho quotidiano da Living Rent, que luta pelos direitos dos inquilinos e por melhores condições de habitação contra os senhorios e os agentes de arrendamento, a Living Rent também faz campanha por mudanças na política de habitação do Governo escocês a nível nacional, trabalho político que deu frutos em várias peças de legislação a favor dos inquilinos aprovadas pelo Governo. Estes sucessos fazem, portanto, com que um retrato do contexto escocês seja de interesse para os movimentos de habitação em Portugal, quer como ponto de partida para o estudo das diferenças e semelhanças entre as nossas situações, quer como fonte potencial de novas táticas e estratégias.

O conhecimento do desenvolvimento e da atividade do Living Rent é fundamental para compreender a luta escocesa pela habitação. Este é apenas um pequeno artigo, pelo que apenas apresenta um breve e incompleto esboço da história do movimento, mas há alguns pontos que considero úteis destacar. A Living Rent foi criada em 2014 em Edimburgo, inicialmente como um grupo de pressão que fazia campanha para que o governo escocês decretasse o controlo das rendas. Em outubro de 2016 reestruturou-se como sindicato de inquilinos e, na primavera de 2017, contratou o seu primeiro organizador remunerado, Sean Baillie. Anteriormente, Baillie tinha sido organizador no partido RISE, um projeto de unidade de esquerda formado para concorrer às eleições para o parlamento escocês de 2016, mas que não teve sucesso e rapidamente se desmoronou no meio de disputas entre facções. Em retrospectiva, a mudança de Baillie e de outras figuras proeminentes do RISE para o Living Rent, em 2017, fez parte de uma viragem mais ampla de uma secção da Esquerda Pró-Independência para o ativismo centrado na comunidade e nos sindicatos, no rescaldo dos fracassos na construção de uma alternativa política socialista ao Partido Nacional Escocês, após o Referendo da Independência de 2014. Na Escócia (e talvez também em Portugal), tem sido frequente que a frustração consistente dos projectos político-partidários - tanto na Esquerda Pró como na Esquerda Anti-Independência - tenha tendido a cimentar uma espécie de atitude “neo-sindicalista”, segundo a qual a tarefa mais crucial para os militantes de esquerda é reforçar a organização das comunidades da classe trabalhadora, em vez de construir partidos políticos. Com a estagnação e implosão da esquerda do Partido Trabalhista escocês, nos anos que antecederam a derrota final de Corbyn, em 2019, houve uma mudança de foco semelhante entre os jovens ativistas trabalhistas de esquerda

na Escócia, com muitos redireccionando a energia que antes colocavam no movimento de Corbyn para a organização da comunidade por meio de grupos como Living Rent.

Em todo o caso, foi em 2017 que o Living Rent arrancou realmente como organização de luta social, lançando-se num programa de ação direta, liderado pelos membros, para conseguir melhorias nas condições de vida dos inquilinos. O facto de o sindicato poder contar com a energia e a dedicação de um organizador remunerado, e de um organizador particularmente competente e ativo como é Baillie, foi muito importante para a explosão inicial de atividade. que colocou a Living Rent no mapa, em Glasgow. Não se trata de exagerar o papel de um organizador remunerado, mas sim de reconhecer que, nas fases iniciais da vida de qualquer grupo, um número mais reduzido de membros significa necessariamente que o fardo da organização de ações regulares recai sobre um pequeno grupo de ativistas, pelo que qualquer tempo livre que esses ativistas possam dedicar à causa se torna um recurso escasso e facilmente esgotável. Ter apenas um organizador, cujo trabalho era simplesmente construir o sindicato, deu um grande impulso ao Living Rent nos seus primeiros dias, levando-o a um ponto em que o ímpeto dos novos membros que se envolviam podia fazê-lo prosperar com toda a naturalidade. É claro que a presença de um conjunto de pessoal remunerado também traz sérios desafios às organizações, e resta saber como é que a Living Rent vai lidar com os inevitáveis conflitos em torno da burocracia e da democracia, que todos os sindicatos enfrentam à medida que se expandem e contratam mais funcionários.

Desde 2017, o sindicato tem continuado a crescer, contando atualmente com mais de dois mil membros, vários funcionários remunerados e filiais em bairros de Glasgow, Edimburgo, Dundee e Aberdeen, bem como em regiões como Fife e cidades como Paisley. O trabalho do sindicato tem abrangido uma variedade de questões, como aumentos de rendas, reparações em apartamentos e edifícios, taxas de serviço ilegais, roubos de depósitos, infestações de cogumelos e vermes e despejos ilegais. A atividade quotidiana nesta frente, a que o sindicato chama “defesa dos membros”, vai desde o aconselhamento sobre os

direitos dos inquilinos, passando pelo apoio aos membros nas negociações com o seu agente de arrendamento, até à ação direta coletiva: por exemplo, fazendo piquetes nos escritórios dos agentes de arrendamento, num estilo semelhante ao dos piquetes de greve. Estes piquetes são muitas vezes de pequena escala, mas podem produzir resultados imediatos, uma vez que um agente de arrendamento cede rapidamente quando é desafiado por uma ação coletiva, especialmente quando tem agido ilegalmente, por exemplo, cobrando “taxas de serviço” para além da renda e do depósito, algo proibido pela legislação escocesa em matéria de habitação. Se um inquilino se queixasse sozinho destas questões poderia ser ignorado ou intimidado, mas quando a queixa é apresentada pelos membros do sindicato como um grupo e o problema é fisicamente confrontado com um piquete, o agente de arrendamento é forçado a ceder. Como já foi referido, a defesa dos membros é apenas uma parte do trabalho da Living Rent. O sindicato também está

orientado para questões políticas mais vastas, por exemplo, participando em campanhas e manifestações em torno do direito à habitação dos refugiados, especialmente na luta para travar o despejo de refugiados pelas empresas privadas que detinham o contrato do governo para alojar refugiados em 2018. O sindicato também tenta obter melhorias na política de habitação do Governo escocês, influenciando os ministros do Parlamento escocês e levando-os a apresentar as exigências do sindicato no Parlamento. No momento em que escrevo, este trabalho de pressão política é ajudado pelo facto de o atual Governo escocês – uma coligação entre o Partido Nacional Escocês e o Partido Verde Escocês, mais à esquerda – estar sensível às exigências da Living Rent. Os Verdes escoceses apoiam amplamente as recomendações políticas do Living Rent, pelo que o sindicato tem agora mais facilidade em fazer ouvir a sua voz na cena política.

A título de ilustração do atual clima político para os inquilinos escoceses, vale a pena destacar duas importantes políticas que o Governo escocês pôs recentemente em prática: O limite de rendas e a pausa nos despejos. Tanto o limite de rendas como a pausa nos despejos foram respostas à crise do custo de vida, aprovadas em setembro de 2022 como medidas de emergência, mas que se mantiveram até 2023 e que foram recentemente renovadas até 31 de março de 2024. Ao abrigo destas medidas, os senhorios não podem aumentar as rendas em mais de três por cento e só o podem fazer uma vez por ano. Quanto à pausa nos despejos, a maioria dos tipos de despejo

por parte dos senhorios está abrangida, o que significa que as notificações de despejo emitidas desde setembro de 2022 só podem ser executadas após um atraso de seis meses. Estas medidas podem ser apenas um pequeno alívio para a classe trabalhadora escocesa no meio de uma espiral de custos de alimentação e energia, e um alívio temporário, mas indicam que o atual governo escocês está consciente das exigências que o movimento de inquilinos tem apresentado ao longo da crise do custo de vida e que pretende tentar satisfazer essas exigências até certo ponto. Além disso, vale a pena notar que o limite de rendas e a pausa nos despejos não se destinavam inicialmente a durar tanto tempo, mas foram prolongados devido à persistência da crise. Como a crise não mostra sinais de terminar tão cedo, parece que haverá espaço para mais pressão por parte da Living Rent para a continuação das medidas para além de março de 2024.

Tendo isto em consideração, podemos dizer que, nas suas principais características, a luta escocesa pela habitação é atualmente caracterizada por um sindicato de inquilinos em ascensão, pelo impacto da crise do custo de vida e por um governo reformista que está aberto à pressão do movimento de inquilinos. Existem boas perspetivas para o crescimento contínuo do Living Rent e para a sua crescente influência na política de habitação do governo de coligação. Esta situação pode ser diferente do contexto português em vários pormenores específicos, mas esperamos que haja aqui alguma informação útil para os ativistas da sua organização e para o movimento de habitação português em geral.

As cidades em que sobrevivemos

Por *Ana Jiménez Talavera*

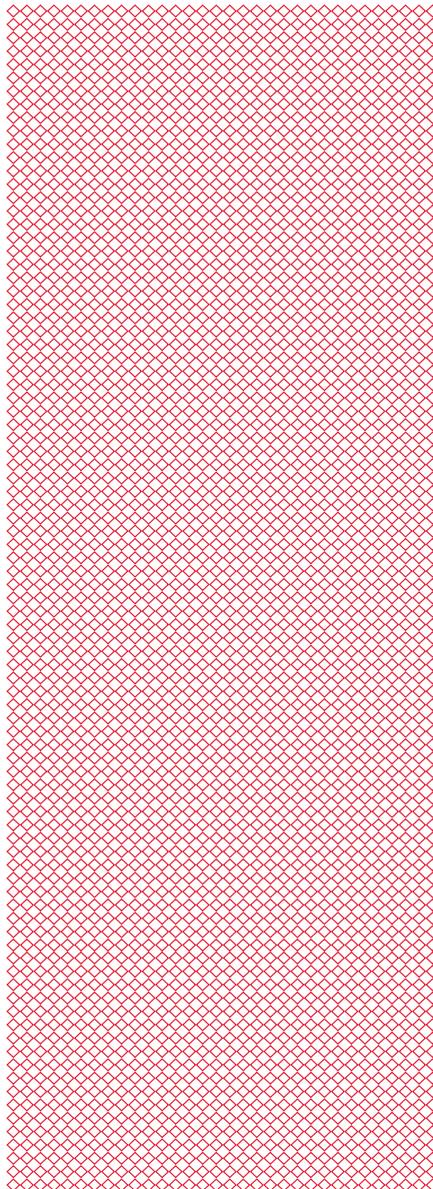
O capitalismo esculpe os nossos corpos e condiciona as nossas formas de ser, de estar e de viver. O mais doloroso é quando se descobre como os seus efeitos se transmitem ao longo do tempo. Muito subtilmente, mas de forma mais precisa do que o próprio ADN. O mesmo acontece com o nosso habitat, as cidades, lugares habitados por mais de 50% da população mundial; não estão a crescer e a moldar-se para servir as necessidades das pessoas que as habitam, muito pelo contrário. As cidades são a interface do sistema capitalista, são modificadas e metamorfoseadas de acordo com os interesses dos mercados. Nos últimos anos, o turismo tem sido apresentado como uma das últimas vias de escape a este sistema socioeconómico em guerra com a vida, para o qual as cidades são transformadas em montras, esvaziando os bairros e os modos de vida que, paradoxalmente, foram a atração para o mesmo turismo que hoje só vê reproduções toscas da realidade de outrora...

As origens

Chamo-me Ana Jiménez Talavera e sou natural de Sevilha. A minha bisavó Antonia Sánchez Fortúnez era de Fuentes de Andalucía, uma aldeia do interior de Sevilha. O meu bisavô era pastor, embora não pastoreasse o seu próprio rebanho, mas o de algum senhor da aldeia (desaparecia uma cabra quando ele passava, aumentando o consumo de proteínas da vizinhança). A minha bisavó complementava os seus poucos rendimentos trabalhando como farmacêutica clandestina, vendendo colónias e brilhantinas que ninguém sabe muito bem como lhe chegaram da capital. Era a mãe de María León Sánchez, a minha avó, que, segundo as fontes oficiais, emigrou com o meu avô e os seus irmãos para Sevilha. A versão oficial é que migraram devido ao êxodo rural que teve o seu apogeu na década de 1930 e que atingiu o seu auge em meados do século passado. Havia um excesso de mão de obra no campo, devido ao incipiente desenvolvimento, e as cidades, centros industriais, eram uma promessa de emprego para os jovens.

A versão dos mentirosos é que a minha avó, María, tinha artrose, o que lhe desfigurava as mãos. Por esse motivo, chamavam-lhe María la Tullida, razão pela qual a família do meu avô não queria que ele casasse com ela e tiveram de fugir para Sevilha. Curiosamente, foi a minha avó que trouxe o pão para casa durante toda a sua vida.

Aterraram na zona da Calle de la Feria e por ali ficaram, apesar de se terem mudado várias vezes. Nesta zona viviam os irmãos da minha avó, que trabalhavam nas fábricas têxteis da zona centro-norte de Sevilha. E ela viveu ali desde os anos trinta até aos anos setenta. Foi aí que nasceram Pepe, Juan, Antónia e Carmeli, minha mãe.



Para quem não conhece Sevilha, poderíamos dizer que a Calle de la Feria é o último reduto de contenção (infelizmente mais do que permeável) que resta à parte norte do bairro histórico de Sevilha, face ao acelerado e agressivo processo de turistificação que a cidade está a sofrer, e de que falaremos mais adiante.

Como dizia, a minha mãe nasceu ali, num cortiço, e ali cresceu e morou até se casar e se mudar para San Jerónimo, o bairro onde o meu pai cresceu, que era a porta de entrada em Sevilha para as pessoas vindas da Extremadura e de outros lugares. Quando eles (a família do meu pai, da Extremadura) chegaram, construíram uma barraca que, pouco a pouco, foi transformada numa casa mais decente.

A minha avó María viveu na Calle Infantes até meados dos anos setenta. Teve de suportar o facto de ser a última pessoa do seu prédio, porque o senhorio já não renovava as rendas, e acabou por se mudar para o bairro de Alcosa, na parte oriental de Sevilha (Córdoba sul, como brincavam os brincalhões), onde não havia serviço de autocarros. Os habitantes do

bairro tinham de apanhar o autocarro do aeroporto para se deslocarem a Sevilha. Começou então o processo de expulsão das classes mais pobres do centro. Ainda não se chamava gentrificação, porque o termo ainda não tinha sido criado, mas o processo existia. Atingiu o seu auge em Sevilha nos anos noventa e foi nessa altura que voltei ao centro.

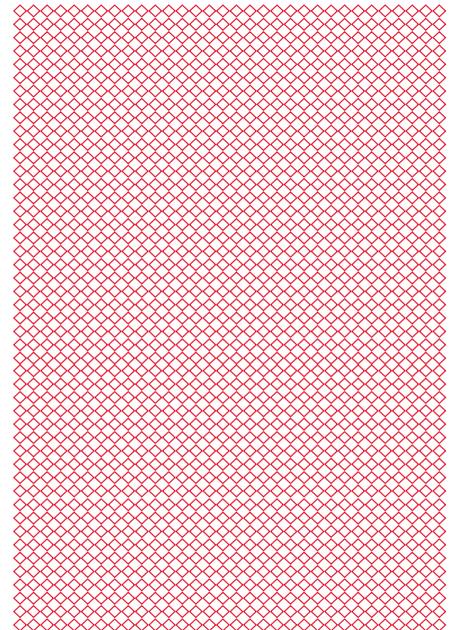
Quando nasci, cresci nos subúrbios, primeiro em São Jerónimo e depois em Pino Montano, onde os meus pais tinham uma VPO [arrendamento acessível], o que significava que estávamos sempre a viajar de bicicleta, autocarro ou carro para estar com a família e os amigos. A cidade segregada¹, que o capitalismo concebeu não em termos de pessoas, mas estruturada pelo automóvel e pelas suas necessidades, estava a tomar forma. Este bem de consumo já começava a estar na posse de uma elevada percentagem da população operária masculina nesses anos.

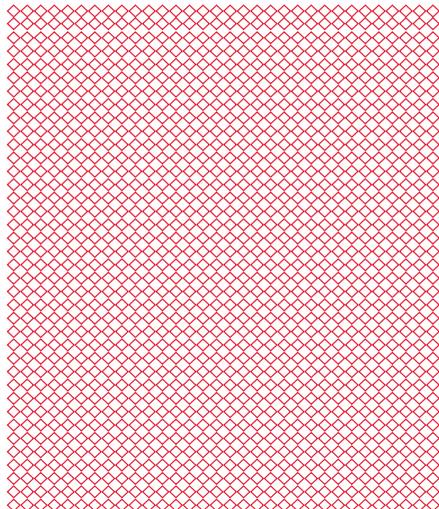
Os processos

E assim foi até aos anos noventa quando, depois da Expo 92, regresssei ao bairro onde a minha avó se instalou, em Sevilha, e a minha mãe cresceu. Quando entrámos nos anos noventa encontrámos uma população envelhecida na zona, com muitos dos seus pátios e cortiços em mau estado, uma grande parte do parque habitacional abandonado pelos seus proprietários e uma elevada percentagem de população marginalizada.

Naqueles anos, ouvi falar do Plano Urbanístico através de um pequeno grupo de pessoas que estavam muito preocupadas com o que se estava a passar. Admito que não sabia nada sobre o assunto. Com o passar dos anos, compreendi o significado deste Plano Urbanístico. Longe de favore-

¹ Outra característica da cidade capitalista é o facto de ser uma cidade funcionalmente segregada: há bairros onde se dorme, outros onde se trabalha, se gere a saúde, se estuda, etc., pelo que é necessário percorrer diariamente grandes distâncias para cumprir todas as funções. E socialmente segregada, com zonas para crianças, zonas para idosos, zonas para jovens, etc., e com poucas possibilidades de interação entre elas.





cer o reforço do tecido urbano existente e de apoiar as classes desfavorecidas (como pretendiam vender nas suas propostas), foram realizadas remodelações e construções que atraíram principalmente o sector privado e provocaram um aumento louco dos

preços das rendas, o que significou que as classes mais pobres foram substituídas por pessoas com rendimentos mais elevados.

Na zona norte do centro histórico de Sevilha, com um espaço público e privado muito degradado, com estigmatização e marginalização social, as classes trabalhadoras com menor poder de compra foram expulsas e substituídas pela classe média, ou por jovens atraídos pelas possibilidades de lazer, culturais e políticas que a zona oferecia.

Esta situação gerou uma resposta coletiva por parte de grupos de vizinhos, de população local e de jovens politizados, que se deslocaram a estes bairros e promoveram, por vezes, ou então juntaram-se a outras reivindicações e mobilizações destinadas a travar o processo. O facto é que a ameaça do bairro levou à ativação de numerosas intervenções comunitárias e autogestionárias, a maioria das quais imprimiu uma aura diferente a esta zona da cidade. Muitos destes processos podem ser consultados na obra coletiva *El gran pollo de la Alameda*.

Há 25 anos que vivo neste bairro ou nos seus arredores. E nestes 25 anos participei em diferentes propostas, processos e coletivos de bairro. Chamo-lhes assim porque as pessoas que os constituíram eram vizinhos do bairro, embora quase nunca tenham sido realmente coletivos em que tenhamos conseguido integrar-nos no bairro tradicional (com algumas exceções). Isto é assunto para outro artigo, no qual teríamos de fazer um trabalho importante de escuta e debate entre todas as pessoas afetadas, para compreender as razões.

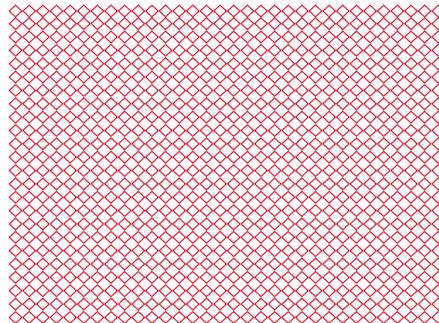
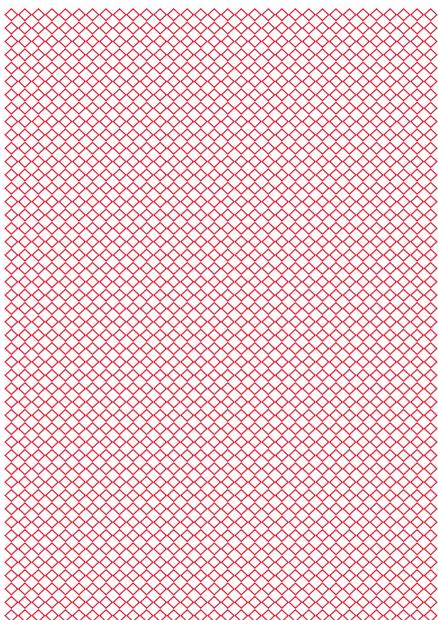
Nos últimos 25 anos, paralelamente às lutas de bairro, o processo de gentrificação² e depois

de turistificação³ tem vindo a ocorrer no centro de Sevilha. O processo de turistificação da última década levou a uma mudança na utilização dos bairros, porque os turistas não precisam de escolas, centros sociais, escritórios e sedes administrativas, etc. Utilizam de forma diferente o espaço público e as suas próprias casas. Não esqueçamos que estão de férias e têm ritmos quotidianos diferentes, o que complica a vida das famílias que vivem em edifícios mistos, com crianças que precisam de dormir e mães e pais que têm de se levantar cedo para ir trabalhar. E, por outro lado, não se preocupam com a ecologia quotidiana, utilizando excessivamente a energia, a água ou a gestão dos recursos.

Esta divergência de interesses dificulta a convivência, tanto no interior como no exterior. Além disso, a maior capacidade económica dos turistas é um incentivo à alteração da estrutura urbana, com o aparecimento de novas lojas. Em suma, abrem-se bares e lojas mais caras, o que dificulta o quotidiano do bairro, que deixa de ter os negócios de que necessita para a sua vida quotidiana. Há também o problema da transformação do parque habitacional em alojamento turístico, cujas consequências são evidentes e que abordarei um pouco mais adiante.

Nestes 25 anos fui gentrificada, estou a ser turistificada e, se não conseguir manter a minha resistência, acabo por me ver como os meus antecessores, que por razões alheias à minha vontade, em benefício dos interesses económicos de alguns, terei de abandonar o território onde desenvolvi os meus laços de comunidade e de entajuda.

3 No caso de Sevilha, isto tem acontecido sucessivamente após a gentrificação do centro da cidade, embora não tenha de ser assim. Neste processo, as políticas da cidade deixam de responder aos interesses dos habitantes locais e passam a responder aos interesses do turismo. As rendas são em grande parte transferidas da habitação para o turismo, sobretudo por razões de rentabilidade. Os serviços básicos de proximidade desaparecem, substituídos por serviços de e para o turismo, e os governos municipais reduzem o investimento em serviços de proximidade, como centros de saúde, escolas, etc., para aumentar as despesas com a transformação da cidade numa montra.



Os coletivos

Enquanto estes processos decorriam, continuaram a ser ativados numerosos processos de bairro, coletivos e autogeridos. E, durante todos estes anos, participei ativamente, ou conheci em primeira mão, muitos destes coletivos de diferentes tipos e objetivos:

- ◇ Centros sociais ocupados, feministas ou outros. Alguns, como a Casa Grande del Pumarejo, continuam a defender a habitação das vizinhas de toda a vida, enquanto partilham e repartem o espaço com numerosos coletivos sociais, que fizeram com que este espaço se mantivesse autonomamente gerido até hoje.
- ◇ Associações de moradores/as, que têm vindo a lutar desde a construção de parques de estacionamento em espaços públicos até à privatização de espaços públicos, bem como a tentar influenciar a configuração e o desenho da cidade que queremos.
- ◇ Projetos coletivos de agroecologia onde os urbanistas cultivam, mas ao mesmo tempo se organizam politicamente no centro da cidade.
- ◇ Coletivos libertários que serviram de ponto de encontro a numerosos coletivos autogestionários, antifascistas, feministas, ecologistas, etc., e de foco de difusão de propostas contraculturais.
- ◇ Alguns meios de comunicação autogeridos.
- ◇ Grupos feministas autogeridos que também procuram outros modelos de uma cidade mais inclusiva e solidária.
- ◇ Grupos ambientalistas à procura de cidades mais amigáveis.
- ◇ Colectivos contra a turistificação. Nos quais nos dedicámos a compreender o processo, a gerar contextos para a construção colectiva de conhecimento, a partilhar estratégias de resistência com pessoas de outros territórios que estão a sofrer o mesmo. A organizarmo-nos com outros colectivos na cidade e a traduzir este problema multifacetado que atravessa tantas dimensões: sustentabilidade ecológica, pobreza e subúrbios, precariedade

2 Em suma, o processo que consiste em reabilitar um bairro geralmente central ou valorizado do ponto de vista patrimonial, habitado por classes populares, levando ao aumento do preço das casas e à expulsão das pessoas do bairro, substituindo-as por pessoas mais abastadas.

laboral, perda de espaço público e, claro, a habitação. A habitação, que passou de um direito humano a que todos os cidadãos deveriam ter acesso, a uma mercadoria altamente rentável no mercado global, convertida em habitação para fins turísticos. Como se a habitação não fosse exclusivamente o local onde as pessoas vivem. Mas, por mais propostas que tenham sido feitas à Câmara Municipal, podemos afirmar que pelo menos o nosso coletivo foi ignorado e, pelo que partilhámos com companheiros de outros locais, de uma forma ou de outra, no final as administrações acabaram sempre por levar a água ao seu moinho e colocar o mercado e as suas necessidades acima das dos nossos vizinhos.

Em suma, numerosos coletivos, com grupos de pessoas com maior ou menor afinidade, estabeleceram temporariamente os modos próprios de funcionamento, e geraram relações horizontais, de funcionamento independente das administrações públicas. Com qualidades e defeitos. Como organizarmo-nos para analisar coletivamente os problemas, estabelecermos estratégias, levá-las a cabo e... não ter sucesso, na maioria das vezes. Mas, pelo menos para mim, isto, longe de ter uma leitura negativa, tem uma leitura muito positiva, tendo em conta o horizonte de colapso que se aproxima. Afinal, nós, coletivos autónomos e autogeridos, tornámo-nos reservatórios de práticas comunitárias.

Todos eles lutaram contra o modelo de cidade que não é mais do que a interface do sistema capitalista que nos organiza, ou melhor, desorganiza, e que não funciona para a maioria das pessoas que habitam este planeta.

Porque não podemos ignorar que estamos – após dois anos de uma pandemia global, que deveria ter deixado claro que o turismo não é a galinha dos ovos de ouro – com um modelo económico que promove mais do mesmo⁴.

Mesmo durante a pandemia, a Câmara Municipal de Sevilha não deixou de investir no turismo como o principal motor económico da cidade. O coronavírus fez com que a percentagem do PIB com origem no turismo caísse 69% em 2020 e 42,8% em 2021, enquanto em 2019 era a quinta maior fonte de rendimento a nível mundial.

O declínio do turismo como gerador de PIB deixou inúmeras famílias sem fonte de rendimento e numa situação de extrema precariedade. No entanto, continuou-se a investir na promoção e nas infraestruturas ao serviço do turismo, o que, no final, infelizmente, se traduz em mais votos.

Para voltar à utilidade dos coletivos de bairro, dos coletivos autónomos, etc., e para terminar com uma nota melhor, podemos assegurar que serviram e continuam a servir de escolas populares, de troca de experiências, de laboratórios de outras práticas humanas e de outras formas de satisfação das necessidades, de formação para a democracia radical. Ninguém pode afirmar que são perfeitas: os conflitos abundam, os comportamentos sexistas, classistas, racistas..., mas não deixam de ser um reflexo da sociedade.

Mas o que ninguém pode negar é que, quando nos encontramos confinados e isolados, foram as pessoas dos movimentos sociais em diferentes territórios que rapidamente se organizaram para gerar redes de apoio mútuo que forneceram bens básicos e esperança a muitas pessoas que tinham sido rejeitadas pelo sistema. Se não fosse o tecido pré-existente e as experiências anteriores, tenho a certeza de que isto não teria acontecido, nem tão rapidamente nem com tanta rapidez, e totalmente à margem das ineficazes administrações locais, regionais e estatais. Graças a estas redes, foi possível conseguir fluxos de recursos económicos e materiais do centro para a periferia, a organização de mais de 30 territórios, redes entre entidades de diferentes cores, crenças, etc. Graças a estas experiências, conseguimos colocar no centro o que é realmente importante. Portanto, é verdade que não ganhámos em travar os processos de ofensiva do capital sobre os espaços, mas adquirimos conhecimentos contraculturais que nos permitem agir em comunidade para além do individualismo capitalista.

Isto é algo a valorizar tendo em vista o futuro.

4 Ignorando também que o preço do petróleo está a provocar um aumento inevitável e gradual das tarifas aéreas, o que também limitará as viagens.